

Análise e Comentários

A Assembleia da República (AR) aprovou, na generalidade, no dia 10 de Outubro e na especialidade, no dia 15 de Dezembro de 2021, o Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado (PESOE) para o ano de 2022. Do debate e aprovação, muito pouco significativas alterações foram efectuadas.

Apesar da melhoria em termos de apresentação do documento em relação aos anos anteriores, tal como já havia sido apresentado na análise à proposta do PESOE 2022¹, foi mantida a previsão de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,9%, uma projecção ambiciosa que não toma em consideração aspectos históricos e recorrentes do desempenho da economia nacional. Realça-se a definição de um crescimento muito ambicioso para alguns sectores, nunca antes atingido. Veja-se a título de exemplo, o sector extractivo, no qual se prevê um crescimento de 4,1%, sendo que em 2020 o sector registou um crescimento negativo de 16,8% e a previsão para 2021 é de 1,5%, com uma realização acumulada até ao terceiro trimestre de menos 5,98%, comparativamente ao período homólogo de 2020. A previsão deste sector assenta na implantação da plataforma flutuante do projecto Coral Sul na Bacia do Rovuma e início da exploração do gás, entretanto, se questiona em que se assetam as projecções de crescimento previstas para este sector, devendo se apresentar e discutir estes pressupostos, de modo a avaliar até que ponto os mesmos são efectivamente realistas.

Entretanto, ignora-se, no PESOE e a AR não se preocupou em questionar, a eclosão da variante *Omicron*, tornada pública pela África do Sul e rapidamente propagou-se pelo mundo, cujo

¹ <https://www.cipmoz.org/pt/2021/11/16/analise-a-proposta-do-plano-economico-e-social-e-orcamento-do-estado/>

impacto se reflecte na menor circulação de pessoas e bens e na menor dinâmica de outros projectos do sector extractivo e não só.

Para além dos aspectos acima mencionados o PESOE para 2022 apresenta, dentre vários, os seguintes problemas:

- Projecções irrealistas;
- Recurso ao endividamento público interno para o financiamento da política expansionista;
- Não detalhamento dos valores orçamentais previstos para alguns sectores, como é o caso do sector de água e saneamento, o que representa um retrocesso para este sector; e
- Não apresentação de forma explícita a sensibilidade do género no PESOE.

O PESOE aprovado pela AR poderia, ainda, ter sido melhorado, no que diz respeito a: (i) distribuição do orçamento entre os órgãos centrais e provinciais que também mantêm a mesma lógica dos orçamentos anteriores, num contexto em que se pretende enveredar para a continuidade da implementação de pacotes de governação descentralizada. Historicamente, o nível central absorve o maior volume de recursos, comparativamente ao nível provincial, e para 2022 a lógica não se altera com uma afectação de cerca de 65,4%, para o nível central, contra 59,7 % do total de recursos do ano 2021, o que significa um incremento de 5,7 p.p.

Isto significa que apesar do discurso sobre governação descentralizada, na prática, em termos orçamentais, este processo ainda não se verifica e não há consciência por parte dos deputados da Assembleia da República da necessidade de mudar esta lógica. Outro aspecto a destacar é que afecta a mobilização de recursos ao nível provincial, é o facto de os grandes investimentos serem, também, geridos a nível central, tanto em termos de governação como em termos de contribuição fiscal, tirando a possibilidade de a nível local ir-se ganhado capacidade de absorver maiores fluxos financeiros para também se robustecer a sua capacidade de gestão.

Isto significa que, a governação descentralizada se opera mais no plano discursivo e formal. Na prática, os constrangimentos que se assistem ao nível político, tem implicações significativas sobre a alocação de recursos por via do Orçamento do Estado, conforme demonstrado acima. Por esta razão, é imperioso que a Assembleia da República comece a preocupar-se em assegurar a

alteração desta lógica nos próximos orçamentos, sob pena de tornar cada vez mais irrelevante a governação descentralizada.

As discrepâncias na distribuição orçamental vão-se agravando quando se trata de nível sectorial. Veja-se o exemplo do sector da saúde no qual, cerca de 90% está concentrado a nível central e apenas 10% a nível provincial.

De modo geral, pode-se concluir que a proposta do PESOE 2022 soou como um dado adquirido para os deputados da AR que, sem debates substanciais e alterações de fundo que poderiam melhorar a alocação orçamental e com isso a vida dos moçambicanos, a aprovou.

O PESOE 2022 expõe que, a grande preocupação do governo é garantir a manutenção do controlo central do orçamento, retirando cada vez mais recursos do nível local, tornando os governos locais incapazes de fazer investimentos que possam impactar na transformação sócio-económica local.

Com uma cada vez maior absorção de recursos pelo nível central, o orçamento torna-se cada vez menos transparente e, fomentando as desigualdades regionais.

FORCOM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva do projecto, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia

O anúncio é de responsabilidade do CIP



Membros do FMO

